



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Ministério Público do Estado do Tocantins

Instituído pela Lei 3.047, de 16 de dezembro de 2015, e regulamentado pelo Ato nº 017, de 08 de março de 2016.

ANO II - EDIÇÃO Nº 322 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quinta-Feira, 13 de julho de 2017

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 065/2017

Dispõe sobre a instalação e vacância da 2ª Promotoria de Justiça de Cristalândia.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, em sua 180ª Sessão Ordinária, realizada em 12/07/2017;

RESOLVE:

Art. 1º INSTALAR a 2ª Promotoria de Justiça de Cristalândia.

Art. 2º DECLARAR a vacância da 2ª Promotoria de Justiça de Cristalândia.

Art. 3º Este Ato entra em vigor da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 12 de julho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 487/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor WALKER IURY DA SILVA, matrícula nº 96209, para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área, no período de 17 a 28 de julho de 2017, durante a fruição de férias da titular do cargo Neila Soares de Carvalho Silva Rocha.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de julho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 491/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor CÉSAR DE AMORIM RODRIGUES, matrícula nº 100410, para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área, no período de 19 a 28 de julho de 2017, durante a fruição de férias da titular do cargo Iva Neide de Oliveira Teixeira.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 12 de julho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 495/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora MARIA CÉLIA DE QUEIROZ E SILVA, Técnico Ministerial, matrícula nº 92608, para, em substituição, exercer o cargo de Chefe de Cartório, no período de 12 a 29 de julho de 2017, durante o usufruto de recesso natalino da titular do cargo, Maria das Neves Menezes de Souza.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 12 de julho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 496/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008 e considerando o teor do Memorando nº 021/2017, de 12 de julho de 2017, da lavra da Promotora de Justiça Maria Cristina da Costa Vilela, protocolizado sob o nº 07010170497201717;

RESOLVE:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Promotora Assessora do PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça FLÁVIA SOUZA RODRIGUES para atuar na audiência da 13ª Promotoria de Justiça da Capital, relativa aos Autos nº 0036916-11.2016.827.2729, em trâmite perante a 4ª Vara Criminal da comarca de Palmas - TO, no dia 12 de julho de 2017.
PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 12 de julho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 497/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 003/2009/CPJ, de 15 de dezembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR WANNA COSTA SOARES do serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, prestado na Promotoria de Justiça de Wanderlândia - TO, retroagindo seus efeitos a 20 de julho de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 12 de julho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 498/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar nº 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor EDNALDO DA SILVA OLIVEIRA, matrícula nº 119013, para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área, no período de 24 de julho de 2017 a 04 de agosto de 2017, durante a fruição de férias da titular do cargo Roberta Barbosa da Silva Giacomini.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 12 de julho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: EURICO GRECO PUPPIO

DESPACHO Nº 348/2017 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça EURICO GRECO PUPPIO, para conceder-lhe 01 (um) dia de folga, a ser usufruído no dia 17 de julho de 2017, em compensação aos dias 17 a 21 de outubro de 2016, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 12 de julho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: MATEUS RIBEIRO DOS REIS

DESPACHO Nº 349/2017 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça MATEUS RIBEIRO DOS REIS, para conceder-lhe 05 (cinco) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 31 de julho de 2017 a 04 de agosto de 2017, em compensação ao período de 11 e 12/07/2015; 18 e 19/07/2015; 09 e 10/01/2016 e 02 e 03/07/2016, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 12 de julho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017.0701.00245

ASSUNTO: Procedimento Licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 350/2017 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02 e no Decreto Federal nº 7.892/13, bem como nos Atos PGJ nº 014/2013 e nº 021/2016, considerando as manifestações favoráveis constantes no Parecer Administrativo nº 113/2017, às fls. 64/67, exarado pela Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 060/2017, às fls. 69/71, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob a forma de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas - TO, 12 de julho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. EDSON AZAMBUJA, na 9ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, DÁ CIÊNCIA à empresa BIOS – Pesquisa, Avaliação e Desenvolvimento Humano no Trabalho, do Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2012.2.29.28.0162, atuado a partir de representada da mencionada empresa, no qual alegava possível irregularidade no procedimento licitatório, do Pregão Eletrônico Comprasnet nº 093/2011, realizado pelo Estado do Tocantins e determina o arquivamento dos autos tendo em vista que o Estado do Tocantins determinou a anulação do mencionado pregão eletrônico. Científica, ainda, que os interessados, caso queiram, podem recorrer do arquivamento, no prazo de 10 (dez) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 65 da Lei Complementar Estadual nº 51 de 2 de janeiro de 2008.

Palmas, 12 de julho de 2017.

MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO
Promotor de Justiça
(em substituição automática)

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. EDSON AZAMBUJA, na 9ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, DÁ CIÊNCIA aos eventuais interessados, do Arquivamento da Procedimento Preparatório nº 2012.2.29.28.0062, atuada a partir de denúncia apresentada no Ministério Público do Estado do Tocantins, com o objetivo de averiguar a falta de publicidade nas aplicações no Fundo de Previdência – IGEPREV, por parte do Sr. Gustavo Furtado Silbernagel, ex-Presidente do IGEPREV e determina o arquivamento dos autos tendo em vista que o Ministério Público do Estado do Tocantins já propôs Ação Civil Pública em face do mencionado acusado, tendo sido atuado no sistema E-Proc sob o nº 0018060-33.2015.8.27.2729. Científica, ainda, que os interessados, caso queiram, podem recorrer do arquivamento, no prazo de 10 (dez) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 65 da Lei Complementar Estadual nº 51 de 2 de janeiro de 2008.

Palmas, 12 de julho de 2017.

EDSON AZAMBUJA
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. EDSON AZAMBUJA, na 9ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, DÁ CIÊNCIA aos eventuais interessados, do Arquivamento da Notícia de Fato nº 2016.6.29.09.0052, atuada a partir de representação apresentada no Ministério Público do Estado do Tocantins, com o objetivo de averiguar possível ato de improbidade administrativa praticado pela empresa Selvat Serviços de Eletrificação Ltda, tendo em vista a ocorrência de acidente de trabalho ocorrido na empresa que vitimaram duas pessoas e determina o arquivamento dos autos tendo em vista não ter sido apurado prática de ato de improbidade administrativa. Científica, ainda, que os interessados, caso queiram, podem recorrer do arquivamento, no prazo de 10 (dez) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 65 da Lei Complementar Estadual nº 51 de 2 de janeiro de 2008.

Palmas, 12 de julho de 2017.

EDSON AZAMBUJA
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. EDSON AZAMBUJA, na 9ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, DÁ CIÊNCIA aos eventuais interessados, do Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2017.2.29.09.0055, autuada de ofício pelo Ministério Público do Estado do Tocantins, com o objetivo de averiguar o cumprimento da Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal, que veda a prática do nepotismo na Administração Pública Direta e Indireta, no âmbito do Município de Palmas e determina o arquivamento dos autos tendo em vista não ter se apurado o nome de servidores públicos do Executivo ou Legislativo Municipal de Palmas-TO, que pudesse evidenciar a ocorrência de nepotismo e ainda em decorrência de já ter se passado quase 12 anos desde a data da suposta prática do ato, fato que prejudica as investigações. Cientifica, ainda, que os interessados, caso queiram, podem recorrer do arquivamento, no prazo de 10 (dez) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 65 da Lei Complementar Estadual nº 51 de 2 de janeiro de 2008.

Palmas, 12 de julho de 2017.

EDSON AZAMBUJA
Promotor de Justiça

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 016/2017 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

Portaria Nº: 016/2017.

Assunto (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Atos Administrativos (9985). Saúde (10064). Saúde Mental (900110)

Objeto: Apurar suposta negligência à pessoa com doença mental.

Representante: Maria das Dores Medeiros Braz.

Representado: A apurar.

Fundamentos: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº. 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º, da Lei nº. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº. 51/08.

Área de atuação: Hipossuficientes - Saúde

Documento de Origem: NF nº 023/2017 – 4ª PJ/PSO/TO.

Data da Conversão: 20/06/2017.

Data prevista para finalização: 21/06/2018.

Local e data de instauração: Paraíso do Tocantins/TO, 20/06/2017.

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS

Avenida Transbrasiliana, Q 1-A, Lotes 06 e 07 – Setor Bela Vista – Paraíso do Tocantins
CEP: 77.600-000 - Caixa Postal Número: 111 - Fone Fax: (063) 3602-2263 / 3602-4381 / 3602-5090

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
PORTARIA N.: 32/2017-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato n. 81/2015

FATOS EM APURAÇÃO: Apuração da atual situação da ponte sobre o Rio Toríbio, no mun. de Santa Rita do TO, figurando como investigados o Estado do TO e mun. de Santa Rita do TO, entes que seriam em tese responsáveis pela obra pública

INVESTIGADAS: Estado Tocantins/ Município de Santa Rita

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 12 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
PORTARIA N.: 33/2017-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08
ORIGEM: Notícia de Fato n. 109/2016

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar possível desvio de verbas públicas decorrentes de excessivas despesas para aquisição de combustíveis pela subprefeitura de Porto Nacional no Distrito de Luzimangues, que, supostamente, serviram para abastecer veículos de particulares, inclusive do então subprefeito Júnior Almeida, do vereador Joaquim Luzimangues e de parentes seus.
INVESTIGADAS: Município de Porto Nacional/ Distrito de Luzimangues/ Joaquim Luzimangues

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 02 de junho de 2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
PORTARIA N.: 34/2017-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08
ORIGEM: Notícia de Fato n. 64/2016

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar ilegalidade em permissão de uso de bem público por particular ainda não identificado na praça municipal Luiz Leite Ribeiro, no Jardim Brasília, nesta cidade.
INVESTIGADAS: Município de Porto Nacional/ Djalma LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 13 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
PORTARIA N.: 35/2017-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Procedimento Preparatório n. 17/2015

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar eventuais irregularidades perpetradas por servidores do SINE de Porto Nacional, dentre os quais ANA CRISTINA R. DOS SANTOS.

INVESTIGADAS: SINE- Município de Porto Nacional/ Ana Cristina Ribeiro dos Santos

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 13 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
PORTARIA N.: 36/2017-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato n. 104/2016

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar apontada negativa de acesso à informações públicas pelo então subsecretário ANDERSON O. COSTA, com violação do princípio da publicidade e da Lei de acesso à informação, isso em data que o servidor tinha contra si decretada a suspensão do exercício de funções públicas, conforme decisão prolatada nos autos 0007170-74.2016.8272737.

INVESTIGADAS: Município de Porto Nacional/ Otoniel Andrade Costa/ Anderson Oliveira Costa

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 13 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 37/2017-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato n. 080/2016

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar eventual excesso nas despesas com combustíveis em comparação à frota municipal, supostamente para fins eleitorais, a partir do mês de junho de 2016 até dezembro de 2016, quando era gestor municipal OTONIEL A. COSTA.

INVESTIGADAS: Município de Porto Nacional/ Otoniel Andrade Costa

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 13 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 38/2017-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato n. 049/2017

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar suposta ilicitude na concessão e fruição de auxílio alimentação pelo 2º Sgt. Bombeiro MÁRCIO JOSÉ FARIAS DE MOURA, até o ano de 2017.

INVESTIGADAS: 5ª CIA BM de Porto Nacional/ Sgt. Márcio José Farias de Moura

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 13 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 39/2017-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Ofício Transição nº 002/2016

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar apontada negativa de acesso à informações públicas ante a não constituição de equipe de transição pelo então prefeito de Ipueiras, HÉLIO C. DOS ANJOS, em novembro e dezembro de 2016, com violação do princípio da publicidade.

INVESTIGADAS: Município de Ipueiras/ Hélio Carvalho dos Anjos.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 20 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
PORTARIA N.: 40/2017-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato nº 25/2017

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar ato de improbidade administrativa na conduta do servidor público e vereador Adalberto R. Ramalho que teria se utilizado de empresa em nome de sua mãe para burlar o art. 9º, III da Lei 8666/93 e o art. 18, I, a, da Lei Orgânica de Brejinho de Nazaré para disputar licitação e possivelmente contratar com o próprio mun. de Brejinho de Nazaré.
INVESTIGADAS: Município de Brejinho de Nazaré/ Adalberto Rodrigues Ramalho.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 28 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
PORTARIA N.: 41/2017-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato nº 43/2016

FATOS EM APURAÇÃO: Apuração de recebimento de valores sem contraprestação pelos servidores municipais Melquiades de Souza Silva, Antônio de Souza Silva, José Mª Ramos de Ipueiras, desde a posse dos mesmos, o que seria de ciência do então prefeito Hélio dos Anjos, o qual não apresentou informações ao Ministério Público apesar de devidamente requisitado para tanto, conforme ofício 143/2016, fatos que podem revelar atos de Improbidade Administrativa.
INVESTIGADAS: Município de Ipueiras/ Melquiades de Souza Silva/ Antônio de Souza Silva/ Hélio dos Anjos.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 29 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
PORTARIA N.: 42/2017-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

RIGEM: Notícia de Fato nº 38/2016

FATOS EM APURAÇÃO: Apuração da regularidade e efetividade do controle das cargas horárias dos profissionais lotados no HRPN, visando prevenir ocorrência de prejuízos à sociedade, bem como identificar eventuais casos de pagamentos indevidos para profissionais que não tenham reiteradamente cumprido com seus deveres funcionais.

INVESTIGADAS: Município de Porto Nacional/ HRPN – Hospital Regional de Porto Nacional

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 29 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
PORTARIA N.: 43/2017-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato nº 95/2016

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar ilegalidade nas contratações, no ano de 2016, do médico Diogo Aires Cavalcante Froes e da Empresa D.A.C.Froer Eireli ME pelo município de Monte do Carmo, quando era prefeito Condorcet Cavalcante. Filho, tio do primeiro, ante possível violação de princípios constitucionais da Administração, com infração à Súmula Vinculante 13 do STF e da obrigatoriedade de licitação pública.

INVESTIGADAS: Município de Monte do Carmo/ Condorcet Cavalcante Filho/ Diogo Aires Cavalcante Froes/ Empresa D.A.C. Froer Eireli - ME

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 03 de julho de 2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 44/2017-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato nº 92/2016

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar eventual acumulação ilícita de cargos sem compatibilidade de horários por Luciano P. dos Santos que acumulou 2 cargos públicos, sendo um no município de Porto Nacional e outro no Estado do TO, além de ser professor em faculdade, o que requer maiores apurações.

INVESTIGADAS: Estado do Tocantins/ Município de Porto Nacional/ Luciano Padilha dos Santos

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 03 de julho de 2017

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 45/2017-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato nº 85/2016

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar os fatos referidos na ação penal 0007787-34.2016.827.2737 relacionados com ilegalidades na licitação, a na contratação e na execução contratual relacionadas a COOPERTTRAS pelo mun. de Porto Nacional, nos anos de 2013 e 2016, pelos servidores públicos Anderson O. Costa, Cristiane P. Parente Martins e Douglas Resende Antunes e os particulares que tenham agido junto com tais agentes públicos, especialmente Mª Aparecida T. Pinto, Wesley de Abreu S. Jr., Cláuderise Neres de Barros Oliveira, Valdomiro Amaral Garay Naimayer e Taylla Kamila Parente Alves.

INVESTIGADAS: Porto Nacional/ COOPERTTRAS/ Anderson Oliveira Costa/ Cristiane P. Parente Martins/ Douglas Resende Antunes

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 03 de julho de 2017

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 46/2017-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato nº 83/2016

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar a regularidade ou não do Portal da Transparência d Câmara Mun. de Oliveira de Fátima, de acordo com a Lei Complementar 101/2000, com alterações dadas pela Lei Complementar 131/09, bem como a existência de parentes de vereadores em cargos comissionados ou contratados sem concurso público na mesma casa de Leis.

INVESTIGADAS: Município de Oliveira de Fátima/ Câmara Municipal de Oliveira de Fátima

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 03 de julho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 47/2017-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato nº 86/2016

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar suposta ilegalidade na conduta do pregoeiro da Comissão de Licitação de Porto Nacional, sr. Douglas Resende Antunes, na condução do Pregão presencial 025/2016, notadamente alegadas divergências quanto ao objeto da licitação em relação às propostas de concorrentes.

INVESTIGADAS: Município de Porto Nacional/ Douglas Resende Antunes

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 03 de julho de 2017